

## OS PROTOCOLOS DE PROTEÇÃO DO CORONAVÍRUS ATUANDO COMO UM FATOR DETERMINANTE PARA ALTERAÇÕES DO USO E APROPRIAÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS DO COMÉRCIO DA CIDADE DE PELOTAS/RS.

Tulio Matheus Amarillo Souza<sup>1</sup>; Luiz Gilberto Silva Júnior<sup>2</sup>; Lígia Maria Chiarelli.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [tulio.sid@gmail.com](mailto:tulio.sid@gmail.com)

Universidade Federal de Pelotas - [luizjuniorarquitetura@gmail.com](mailto:luizjuniorarquitetura@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [biloca.ufpel@gmail.com](mailto:biloca.ufpel@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Na cidade de Pelotas (RS) a manutenção das calçadas cabe aos proprietários dos imóveis (Lei 5832, 2011). Segundo Silva Júnior (2020), quando se passa a obrigatoriedade da manutenção do passeio para o proprietário, o poder público perde o controle da execução e manutenção dos passeios, o que ocasiona a descontinuidade da acessibilidade. O autor ainda argumenta que diante desta controvérsia, a calçada acaba por ser confundida como um espaço que não é público e que pode ser utilizado da forma que os moradores de seu entorno julgarem melhor. Essa situação afeta a vida das pessoas, principalmente quando o passeio é apropriado por usos do comércio, afetando a mobilidade dos usuários. Neste contexto, o problema da presente pesquisa centra-se na necessidade de investigar a forma como o comércio se apropria dos passeios públicos, dificultando o uso do espaço e as condições de acessibilidade.

Acessibilidade espacial pode ser definida como o ato de chegar em um lugar sem nenhum problema ou obstáculo, de maneira confortável e independente, proporcionando ao usuário a compreensão autônoma da organização e relações sociais que o lugar estabelece, além de usufruir a partir de sua vontade das atividades e equipamentos oferecidos pelo local (DORNELES, 2006).

Qualquer usuário pode vir a apresentar alguma dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente, e isso pode ser decorrente de vários fatores, como por exemplo, idade, estado de saúde, estatura etc. (KLEIN, 2019). A lei federal 13.146 de 2015, conceitua pessoas com mobilidade reduzida como aquelas que apresentam por algum motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção. Segundo Dischinger et. al (2012) são identificados quatro componentes para que os espaços sejam considerados acessíveis, são eles: orientação/informação, deslocamento, uso e comunicação.

Mendonça e Maria (2007) apontam que a utilização do espaço público é determinada conforme as características físicas do meio, juntamente com os desejos e intenções de quem o utiliza. Esses espaços podem sofrer diferentes alterações ao decorrer do tempo, modificando de acordo com a maneira que é utilizado. Assim, se um espaço fosse constituído historicamente como um espaço de comércio, por exemplo, este teria uma carga histórica de uso, o qual muitas vezes não poderia ser apagado (NASHIKAWA, 1984).

Na cidade de Pelotas, segundo dados do portal Pelotas Coronavírus (2020), o setor comercial da cidade foi o setor que mais registrou casos de infecções, estando atrás apenas dos profissionais da área da saúde. Desta forma a Prefeitura criou uma série de medidas de distanciamento social e segurança, visando minimizar a transmissão e manter o comércio ativo no município (PMP, 2020). Essas medidas estipulados pela Prefeitura, foram tomadas visando distanciamento social, lotação controlada e horários de funcionamento. Observou-se que entre



essas alterações a utilização dos passeios públicos também foi alterada. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é avaliar como os protocolos de segurança contra o Coronavírus alteram o uso e apropriação dos passeios públicos comerciais, verificando como essas medidas alteram as condições de acessibilidade espacial.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, com referência na fenomenologia. Portanto os procedimentos devem compreender os fenômenos, considerando além das observações comportamentais, os relatos de vida cotidiana dos indivíduos (YIN, 2001). Em relação à estratégia de pesquisa, essa investigação vai ser conduzida através de um Estudo de Caso. O método escolhido para a realização da pesquisa foi o levantamento fotográfico, contando com comparações de registros feitos nos anos de 2019 e 2020, antes e durante a pandemia do Coronavírus.

A análise foi feita na cidade de Pelotas, mais precisamente na rua Andrade Neves, entre as ruas Tiradentes e Lobo da Costa, em frente à praça 7 de Julho e o Mercado Público Pelotense. Justifica-se a escolha desta área para análise, pois como muitas outras localidades da cidade, esse trecho, é composto por estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos registros fotográficos realizados observou-se que antes da pandemia, a calçada era utilizada para expor as mercadorias das lojas ali existentes. Essa situação dificultava os passeios, em grande parte, para pessoas com mobilidade reduzida (SILVA JUNIOR, 2020), como se observa na figura 2.



Figura 2: Deficiente visual tem seu trajeto atrapalhado por mercadorias na calçada. Fonte: Foto de SILVA JUNIOR, 2020.

Segundo Klein (2019) as barreiras no espaço público podem ser determinantes quanto a acessibilidade dos ambientes, ou seja, quanto mais



barreiras apresenta em determinado espaço, menos acessível ele será. observa-se a presença de muitas pessoas que também dificulta o trânsito livre e a obtenção das informações dos serviços comerciais ali presentes, devido a poluição visual que é considerado uma barreira informativa (BINS ELY et. al 2006).

Já com um novo registro fotográfico realizado em 14 de Setembro de 2020, durante a pandemia foi possível observar que o fluxo de pedestres naquela calçada foi alterado pelo recolhimento das roupas e material exposto na calçada. (figura 3).



Figura 3: Pedestres na calçada durante a pandemia Fonte: O autor.

Com base nos pilares da acessibilidade proposto por Dischinger (2012), é válido observar a grande mudança no espaço observado em períodos de isolamento social por conta da diminuição do fluxo de pedestres, mas principalmente a alteração na forma do uso que os lojistas fazem da calçada.

#### 4. CONCLUSÕES

Como foi visto, na cidade de Pelotas as barreiras inseridas pelos comerciantes impediam a livre caminhada no passeio público, tornando-o inacessível mesmo que este possua um piso regular. Por conta dos protocolos do isolamento social impostos pelo coronavírus, muitas destas barreiras foram retiradas, unindo as boas condições da calçada a um menor fluxo de pedestres, atraindo assim outros pedestres e fazendo daquele que antes era considerado somente um espaço comercial, um espaço de interação social e fluxo livre de pedestres. Conforme foi tratado, a acessibilidade é uma condição a ser garantida que busca qualificar um espaço considerando seus diversos usuários. O estudo possibilitou compreender que mesmo uma calçada acessível como era a avaliada no estudo em questão, pode perder suas características de acessibilidade, quando

são colocados obstáculos para a circulação, mesmo que esses sejam provisórios e precários . Portanto, para ter acessibilidade não basta que os passeios estejam executados conforme a legislação, é necessário que não sejam inseridos nenhum tipo de barreira e o trânsito de pedestres possa ser feito de maneira autônoma.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINS ELY, V. H. M; DORNELES, V. G; ZOCOCOLI, A; SOUZA, J. C. Jardim universal – Espaço livre público para todos, 14º Congresso Brasileiro de Ergonomia. Curitiba – PR. out. 2006.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em Março de 2021.

DISCHINGER, M. et al. Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: MPSC, 2012. 161 p.

DORNELES, V. G. Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer. 2006. 213 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

KLEIN. P. Avaliação da acessibilidade espacial considerando pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS.2019. 238 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Maria.

Mourão, Ada Raquel Teixeira . As calçadas a partir de um aporte psico ambiental: usos, significados e apropriação do espaço público. Tese doutoral. Programa Interdepartamental de Doctorado en Espacio Público y Regeneración Urbana: Art, Teoria y Conservación del Patrimonio da Universidade de Barcelona. Barcelona, Setembro de 2014.

NISHIKAWA, A. O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

PMP. Prefeitura municipal da cidade de Pelotas. Online, disponível em <<https://www.pelotas.com.br/>> pesquisado em agosto de 2020.

Pelotas coronavírus. Online, disponível em <http://www.pelotas.com.br/coronavirus> pesquisado em agosto de 2020.

SILVA JÚNIOR, Luiz Gilberto. Wayfinding e acessibilidade para deficientes visuais: Avaliação do desempenho da caminhada em espaços públicos de Pelotas/RS /

Luís Gilberto Silva Júnior; Adriana Araújo Portella, orientadora. — Pelotas, 2020.  
YIN, Robert K.. Estudo de caso: Planejamento e métodos. GRASSI, Daniel (Trad.). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.